

Senado tenta acabar com os ociosos

BRASÍLIA — A Mesa do Senado lançou ontem uma "operação caça-fantasma", contra os funcionários da Casa que não trabalham. Para "moralizar" o quadro de servidores, o Senado vai distribuir a seus 7.140 funcionários, a partir da próxima semana, um formulário com dados sobre cargos, lotação, função e salários, a ser preenchido num prazo de 30 dias. "Quem não preenchê-lo dentro deste período será tirado da folha de pagamento, o que significará abandono de emprego e, portanto, demissão por justa causa", ameaçou o primeiro-secretário da Mesa, Mendes Canale (PMDB-MS).

O recadastramento dos funcionários, decidido na primeira reunião da nova Mesa, deverá trazer como consequência o congelamento das contratações dos aprovados nos concursos que o Senado está promovendo no momento. São três concursos para técnicos no serviço de processamento de dados do Senado (Prodasen), um concurso para jornalistas, outro para bibliotecários, e mais dois, para enfermeiros e tradutores-intérpretes.

"Se houver profissionais destas áreas em outras funções, nós vamos remanejar", disse Canale. Quanto aos aprovados, terão de esperar: "Ficam numa

lista de espera. Quando pudermos contratar, nós chamamos". Para o senador, tais casos deverão acontecer principalmente nos concursos de jornalistas e enfermeiros.

O cadastro dos funcionários seguirá um modelo utilizado por Canale quando secretário de Administração do governo do Mato Grosso do Sul em 1983 para identificar seus servidores. Em quatro páginas, o cadastro traz informações gerais sobre o funcionário (nome, filiação etc.) e informações funcionais (cargo, função, lotação e salários). "O objetivo é identificar justamente os desvios de função", expli-

cou Canale. A intenção do senador é localizar técnicos ou funcionários de nível superior que estejam cumprindo funções de gabinete e remanejá-los para sua área específica de trabalho.

Se, durante a preparação desse cadastro, forem encontrados funcionários — fantasmas — que ganham sem trabalhar — o senador afirmou que ocorrerão demissões, "desde que sejam possíveis".

A impossibilidade está no fato de a Constituinte ter dado estabilidade aos funcionários públicos nomeados sem concurso com mais de cinco anos de serviço. "O trem da alegria da gráfica não se enquadra nessa

categoria", advertiu Canale. As contratações efetuadas no final do mandato da Mesa presidida pelo ex-senador Moacyr Dalla (PDS-ES), em 1984, estão *sub judice*. "Para elas, esse prazo não conta." O número aproximado de passageiros do trem da alegria de Dalla é 800.

"INTEGRIDADE"

O presidente da Câmara no exercício da Presidência da República, Paes de Andrade, defendeu ontem a contratação de parentes, pelos parlamentares, para trabalharem no Congresso. Ao mesmo tempo, anunciou para hoje uma reunião em que a

Mesa da Câmara responderá a denúncias que apontam privilégios na contratação de assessores parlamentares. "Se o parente for competente, tanto melhor para o parlamentar. Se for incompetente, tanto pior", disse Paes.

Segundo Paes, a resposta da Mesa é necessária para defender a integridade da Casa e não deve se deter nas contratações que, na sua opinião, são "de foro íntimo e não cabe interferência". O deputado observou, porém, que não se deve confundir contratação, para preencher cargos de confiança, com nomeações, que não acontecem desde a gestão passada.



Ricardo Chaves/AE

Canale: ameaça de demissões por justa causa